

CORPO, DEFICIÊNCIA FÍSICA E IMPLICAÇÕES HISTÓRICAS: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO

Érika da Silva Ramos ¹
Artemis de Araújo Soares ²

RESUMO

O corpo desde as civilizações antigas foi objeto de estudo em vistas de descobertas acerca de sua vitalidade, fertilidade, funcionalidade ou aparência, de modo que a busca pelo corpo ideal fez com que muitos dos que se desviassem dos padrões estéticos ou morais vigentes na esfera cultural do passado fossem perseguidos: os deficientes. Partindo deste fato este trabalho teve o objetivo de realizar um levantamento histórico, da exclusão à inclusão, sobre a relação existente entre corpo e deficiência física apontando as principais concepções tidas sobre a deficiência. Para isto, o percurso metodológico ancorou-se epistemologicamente na vertente fenomenológica, e, delineou-se por uma abordagem qualitativa já que a as instâncias corpo humano e deficiência compõem um fenômeno amplo, complexo e subjetivo. A revisão bibliográfica esteve como meio procedimental com os dados coletados analisados por meio de categorização. Os principais resultados indicam que muito já evolui-se na cronologia quanto a apreciação de pessoas com deficiência física e seus formatos corpóreos, mas que ainda há, na contemporaneidade, um exercício contínuo a ser cumprido para que as mesmas sejam respeitadas e valorizadas em sua totalidade e não mais delimitadas por suas características biotípicas.

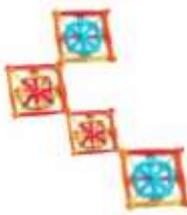
Palavras-chave: Corpo; Deficiência, Estigmas, Exclusão, Inclusão.

INTRODUÇÃO

Esta proposta temática surgiu tanto por acreditar que o corpo é a casa que carrega a subjetividade de cada ser e o liga ao mundo, sendo uma condição essencial para a existência humana, quanto por reconhecer que a representatividade cultural sobre o mesmo é transcendental e contém valores, crenças, histórias e expectativas inúmeras, sendo meritório ser explorado, fato que o tem evidenciado em muitas estirpes do conhecimento científico com o passar dos anos. Entretanto, indicam-se aqui aqueles

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)– AM, Mestre em Educação Especial da Universidade do Minho – PT, Professora do Curso de Dança da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) - AM, profa.erika.amos@gmail.com;

² Professora orientadora Doutora em Ciências do Desporto pela Universidade do Porto – PT, Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – AM, artemissoares@yahoo.com.br.



corpos que por ventura passaram por eventos de mutilações, acidentes ou doenças que não só que afetaram sua aparência física, mas lhes interferiram numa ou noutra propriedade motora, ou outros que simplesmente nasceram deficientes, sendo eles sobreviventes não apenas de situações ligadas a condição de saúde como as rudimentares e estigmatizantes.

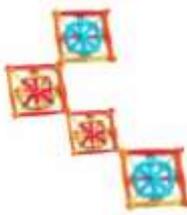
Para abordar a questão do corpo e da deficiência em suas implicações históricas é cabível fazer uma inquirição sobre o preâmbulo desta condição em vários momentos de algumas civilizações para entender como as diferentes visões trouxeram reflexos à significação corporal até chegarem ao território brasileiro. E esta motivação para explanar a temática surgiu do afinamento entre as autoras por meio dos componentes “Corpo, Cultura e Sociedade” do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia, da UFAM, em diálogo com os conteúdos de “Educação Inclusiva” e “Consciência Corporal” presentes na matriz curricular da graduação em Dança da UEA.

O trabalho teve como objetivo central pesquisar como era apontado o corpo com deficiência física no decorrer da história desde a exclusão à inclusão analisando a evolução das concepções existentes.

Para sua exequibilidade houve aporte teórico fenomenológico, na tentativa de compreender os sutis fenômenos implicados culturalmente no decorrer da história investigada. O objetivo metodológico foi exploratório e apresentou como procedimento técnico o estado da arte a qual desenvolve-se principalmente a partir da produção bibliográfica nas áreas corpo, deficiência, deficiência física, cultura e movimentos de históricos da inclusão.

Como realizar o levantamento pormenorizado sobre o tema em questão é de magnitude ampla, optou-se por organizar e apresentar dois tópicos “Meu, teu, nosso: o corpo que somos” e “Deficiência e sua sobrevivência na História” e como resultados viu-se que alguns estigmas corporais foram superados, todavia, ainda há um caminho a traçar à equidade sobre o corpo além da aparência física e sua funcionalidade usadas como parâmetro comparativos entre um corpo eficiente e um deficiente.

Com trabalhos desta linhagem espera-se haver uma oportunidade à compreensão sobre alguns dos pormenores do significado do corpo na atualidade e um estímulo sobre a necessidade de enfrentamento da dicotomia entre o ideal versus o real, tão presente nas desde sempre ideologias da perfeição e da utilidade social.



METODOLOGIA

A corrente epistemológica para o desenvolvimento desta perscrutação foi fenomenológica por verificar a essência dos fatos em caráter sensível da percepção. A fenomenologia compreendida a partir de Merleau-Ponty (1999) vai além da atitude natural, ultrapassando a dualidade do realismo e idealismo, concentrando-se como método teórico, objetivando as experiências vivenciais e sentidos.

Seguiu-se a abordagem qualitativa por levar em consideração que as significações sobre o corpo e sobre deficiência são um fenômeno complexo de caráter subjetivo ligado à idiosincrasia e que interferem profundamente no modo pessoal e social de um sujeito, portanto, não pretendeu-se quantificar e sim inferir às sutilezas dadas à significação de do objeto de estudo mediante o conteúdo histórico analisado.

A finalidade coadunou com a pesquisa exploratória, com procedimento bibliográfico em torno das áreas corpo, deficiência física e movimentos de históricos da inclusão, abrangendo autores como Silva (1986), Sasaki (2002), Aranha (1995), Fonseca (1995) e Pessoti (1984).

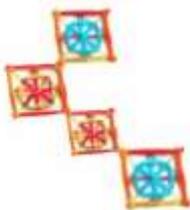
Após elencados os materiais em relação cronológica, eles foram divididos em categorias e seus conteúdos analisados ante as perspectiva biopsicossocial, econômica, religiosa e cultural, relatadas na época, para se compreender o porquê da relação corpo x deficiência física ter sido como foi e como este fenômeno o é na contemporaneidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Meu, teu, nosso: o corpo que somos

O corpo humano causa admiração, indagação e reflexão acerca de suas características, formação, capacidade de transformação e funcionamento. O olhar sobre as propriedades do mesmo e a tentativa de compreendê-lo em sua existência holística é motivo de discussões e analogias eclodidas desde primórdios.

Dentre a abrangência de vários períodos de evolução da História, a tentativa de compreender o corpo nunca foi extinta, movendo-se por transformações lineares para celebrar as formas que o sistema cultural interpunha no passado e interpõe hoje mediante



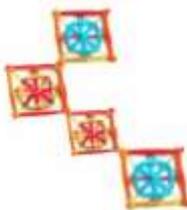
ao marco progressivo das estruturas sociais. São muitas as possibilidades de envolvimento/existência do corpo, e isto vai além da mecanicista e retrógrada redução de corpo apenas como matéria biológica.

Faz- necessário abrir um parênteses para o corpo em meio a sua origem filogenética e sua constituição ontogenética, pois corpo é sim matéria, é físico, é orgânico é palpável, contudo, embora o seja, isto não quer dizer que o mesmo seja mensurável. Lamentavelmente, o senso comum, o capitalismo e os poderes simbólicos coercitivos operantes nas sociedades, tornam a autonomia e amplitude do corpo limitadas, dada rédeas geram a crença de que o corpo é apenas uma matéria orgânica que esta sobrevive como produto cultural.

Para adiante das funções biológicas e estruturação da máquina corporal, o corpo é não só produto do meio e da cultura, como também produtor desta. Afinal, o corpo é socialmente construído no sentido simbólico-cultural, em razão de arrogar significados diferentes ao longo das civilizações e evolução humana, por isso, ao discorrer sobre ele vê-se também a necessidade de atentar à estrutura social da qual faz parte juntamente as suas peculiaridades morais, intelectuais, religiosas ou físicas vigentes.

De modo ontogenético o corpo é pontuado fisicamente como composto por razão, afeto, dor, prazer, valores filosóficos e religiosos, afeto, sexo e acima de tudo personalidade. O corpo é idiossincrático, ele é um indivíduo e não do indivíduo. Nesta dimensão, o corpo é complexo, perpassa questões profundas sobre sua existência, de modo que mesmo sendo investigado por várias áreas do conhecimento científico, ainda não chegou-se próximo de uma redução sobre as competências totais acerca dele.

Ao fazer análise reflexiva do corpo cultural Jatobá e Franco (2007), direcionam uma discussão sobre a impossibilidade da neutralidade diante do corpo, uma vez que ele recebe inúmeras interferências desde que nasce, independente do meio social do qual é oriundo. Trazendo uma superficial cronologia sobre a visibilidade dada ao corpo na antiguidade grega e romana, na revolução industrial, na idade média e na era moderna, os autores pontuam que o corpo era regido por modas e crenças. Afirmam ainda que o corpo não é uma mera coisa, ou não deveria ser, contudo a cultura e sociedade lançam pressões sobre seu formato e ação para que seja aceitável os padrões existentes. “uma modelagem hegemônica, onde todos compartilhariam as mesmas características, nos classificando como indivíduos morfologicamente aceitáveis ou inaceitável-excluídos” (2007, p.5).



Em relação aos padrões existentes e a classificação de corpos morfologicamente aceitáveis ou não, sabe-se que com pesado poder de julgo, o homem fora selecionado desde a antiguidade para viver em sociedade se fosse produtivo ou esteticamente apreciável. Quando a preocupação com o corpo condiz sobretudo para o belo ou à capacidade de suas funções motoras, caminha-se a uma perplexidade social em que o significado corporal é distorcido quanto a sua naturalidade funcional, pois é tido como além do estereótipo de normalidade. Diferente para Sasaki (2002) é o que está incompleto em seus membros, o que fora amputado, o que nasceu “defeituoso” ou que assim o ficou: o deficiente.

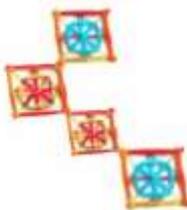
Assim, para melhor compreender como estabeleceu-se a relação entre corpo e a deficiência física e o modo como era visto, no emaranhado da ancestralidade, no tópico seguinte consta um sucinto aparato cronológico sobre os pormenores em questão. Vale destacar também que no decorrer do texto toda vez que for referida alguma pessoa com deficiência será utilizado o termo PcD.

Deficiência e sua sobrevivência na História

Ao consultar o percurso da deficiência no decorrer das civilizações constatou-se que foram muitas os pensamentos direcionados mais à patologia do que à pessoa em si que a possuía. Conforme a cronologia apontada por Silva (1986) passando pelos períodos da pré-história, da história antiga (entre egípcios, hebreus, gregos e romanos), do cristianismo, do império bizantino, da idade média, da história moderna e por fim da era contemporânea, o sujeito com deficiência foi vítima de extermínio, exclusão, segregação, integração até enfim ser defendido por políticas de inclusão.

Em períodos rudimentares, onde o homem primitivo, com o estilo de vida nômade e que sequer possuía organização da escrita, os antropólogos, arqueólogos e profissionais afins, identificam como uma incógnita a existência e/ou sobrevivência de pessoas com deficiência, em razão de não acharem registros precisos acerca, ficando difícil inferir quais concepções culturais de aceitação ou rejeição pairavam sobre indivíduos nascidos com deficiências.

O que pode-se afirmar é que após determinado tempo o homem primitivo que tinha o cotidiano itinerante conseguira fazer da natureza geográfica um espaço para habitação mais durável, pois habilitara-se a dominar os animais, fazer e controlar o fogo, agricultural a terra para obtenção alimentícia, entre outros artifícios que permitiram



sedentarização. Tais habilidades careciam de pessoas sãs para as manipulações de cada função, ou seja, as atribuições corporais de um preparo físico resistente e coordenação motora precisa, por isso, infere-se que desde então aqueles que desviavam-se deste nível de serventia eram tidos como empecilhos à produtividade da coletividade (SILVA, 1986).

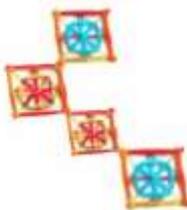
À saber, na Grécia Antiga, duas pólis chamam atenção pela sua filosofia zeitgeist da época: uma era Atenas que, conforme pesquisadores renomados por fazerem um resgate histórico de PcD's, como Aranha (1995), Fonseca (1995) e Pessoti (1984), se após o nascimento, fosse constatado no neonato alguma deformidade física, cabia ao progenitor cometer o infanticídio, sem que isso causasse rejeições sociais de cunho moral no ato da execução.

Outra pólis era Esparta que em símile ação de rejeição, desde cedo permitia que as crianças de sexo masculino fossem separadas para atividades bélicas e as meninas aos afazeres domésticos completos, imperando a imposição de cidadãos saudáveis, portanto, a morte deliberada de bebês atestados como deficientes pela hierarquia local não era desobedecida, Fonseca (1995).

A resistência, a existência e sobrevivência de PcD's naquela era, em várias regiões, pode ser mensurada ao averiguar-se os escritos de filósofos memoráveis tais como Platão em "A República" (1990) e Aristóteles em "A Política" (1995), que exercendo notável influência ao pensamento da época, indicavam a rejeição aos que nasciam com quaisquer tipos de "anormalidades" sujeitos a exterminações causadas por inanição e outras esferas de cunho violentador.

De um jeito congênere, em Roma, mediante investigações de Pessoti (1984) as ações excludentes para com os nascidos deficientes eram tidas como naturais, em torno da antiguidade, porém, um detalhe chama atenção na modificação desta matança da deficiência, porque alguns filhos de nobres passaram a ter sua vida respeitada, todavia, os que nasciam na corja da pobreza eram destinados ao mercado de aberrações onde eram comercializados para que fossem expostos com seus corpos anômalos, prática comum nos famosos circos de "horrores".

Outro momento que vale mencionar, de acordo com Silva (1986) ainda pelos ares europeus é o período de economia feudal, que após a decadência da estrutura imperial romana, datado aproximadamente a partir do século IV, as camadas sociais sofreram alterações para o clero (líderes religiosos), os senhores feudais (guerreiros), os servos



(maior parte pobre da população), devendo esta última classe ser explorada para sustentar os de hierarquia maior.

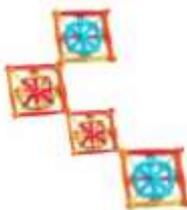
Nesse momento e nos séculos vindouros, constata-se que o extermínio de PcD's já não era tão cometido, contudo, os assim identificados sobreviviam em caráter de adversidadess. É possível que a sociedade feudal tenha sido permissiva com a questão da deficiência, pelo fato de culturalmente está imersa forte crença dogmática, implantada pelo Cristianismo, manifesto pela inexorável inquisição católica, século XII, que pregava aceitação do próximo e amor cristão aos diferentes, entretanto, também exigia que a sociedade prezasse pelo espírito sacro, sendo demonizados aqueles que manifestavam perturbações “mentais” devendo ser convertidos a divindade e sarados de seus males, assim, em uma antagônica situação ora eram apontados como “crianças de Deus”, ora eram esconjurados por serem “possuídos pelos espíritos do mal” (FONSECA, 1995).

Destaca-se desta fase um segundo quadrante, a segregação, onde não eram assassinadas as PcD's, mas retiradas do meio de convívio social comum e segregadas em locais próprios para moradia, tais como os que tinham doenças infectocontagiosas, ou sofriam com transtornos psicopatológicos.

Datando do início da Idade Média estão os primeiros locais de segregação, hospitais, abrigos, asilos e até prisões onde a manutenção se dava por obras da igreja e de caridade, para com seus internos, entretanto, estas instituições não dispunham de estrutura e saneamento adequados, além de estarem em meio aos questionamentos sobre seu verossímil caráter empático à condição de necessidades especiais do outro, pois sabe-se que a pressão estética de “desejável sociedade perfeita” poderia ser a maior motivação para a criação e manutenção destes ambientes de concentração de PcD's.

Se existia um local “apropriado”, para a permanência de PcD's e outras situações consideradas como escória, por que então ainda eram vistas algumas como pedintes, transeuntes pelas ruas? A resposta coloca em cheque a paradoxal eficácia das instituições, e se explica pelo fato de não caberem todos os sujeitos com deficiência nestes locais filantrópicos e também por serem pífias as possibilidades de se viver com qualidade.

Com o passar do tempo, o clero perdeu a supremacia devido à revolução burguesa, trazendo consigo o capitalismo, de estirpe mercantil, assim, as cidades, denominadas naquela situação de burgos, desenvolveram crescentes trocas comerciais e urbanização,



em que artesãos se juntavam para fabricação de produtos, que com resultado progressivo de confecção geraram o sistema organizado de manufatura (ARANHA, 2001).

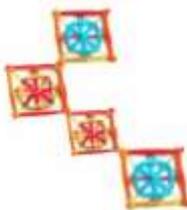
O sistema de produção burguês desenvolveu-se bastante, mas deparou-se com uma linha produtiva insuficiente diante da demanda de comercialização, iniciando assim a produção em grande escala e menor tempo gasto nela, por meio de máquinas industriais, surgindo o período da revolução industrial, já no século XVIII, com renomado reconhecimento principalmente na Inglaterra. Destarte, a hegemonia econômica e política deslocou-se concentradamente para os investidores capitalistas, estando a PcD em outro cenário e mais uma vez com outra significação de sua peculiaridade.

Os habitantes daquele momento tiveram de sair dos campos em seus regimes simplórios de manufaturas, para serem inseridos nos centros urbanos, o capital enxergou impedimentos para a inclusão de PcD's porque neste cenário de dominação econômica exigiu homens funcionais, ou seja, dependendo do tipo de deficiência que possuísem, os mesmos não eram empregados, haja vista que não só sentidos (visão, audição, tato, olfato e paladar), como a coordenação motora da praxia fina e grossa, e ainda a capacidade de raciocínio íntegra eram exigidos para a dura jornada nas fábricas e seus desdobramentos.

Neste contexto, mais uma vez, sobressai-se a segregação, tal como em época de apogeu da igreja, a diferença era que aqui não havia demonização sobre, entretanto, o sujeito com deficiência permanecia com seu direito de viver, mas à mercê de uma condição de vida sem direito a sustento próprio, sendo comum que virassem mendigos.

Com o correr dos séculos, inúmeros foram os fatos históricos com suas profusas outras formas de expansões territoriais, mudanças de regimes políticos, descobertas de povos em outros continentes, efetivação de ideologias ou rompimentos de outras, humanização da escolaridade, universalização dos direitos humanos, administração de fenômenos do senso comum e progressão da ciência, principalmente desta última, os quais em conjunto robusteceram uma flexibilização enorme quanto ao olhar não só para a deficiência mas para a PcD's, fazendo com que elas ultrapassassem os modelos da exclusão, da segregação e dessem espaço uma outra postura de influência sócio-cultural: a integração.

É importante pôr em evidência que a ciência está para um novo olhar sobre os fatos aguçando o exercício de questionamentos, compreensões e análises do conhecimento que fora acreditado noutrora. Ela teve um papel imprescindível para a



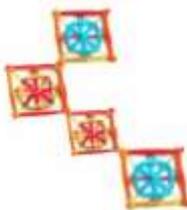
desmitificação de muitos preconceitos ante ao corpo com alguma deficiência. Fonseca (1995) destaca que no século XIX nos precursores estudos inclinados à deficiência, sobretudo a intelectual, surgiram nomes de respeitáveis profissionais da área da saúde envolvidos, tais quais Esquirol, Itard, Wundt, Ireland, Ducan, Down, Galton, entre outros. Os estudos destes médicos contribuíram para tentativas de melhorar a condição vital e com possíveis respostas sobre os aspectos epidemiológicos, considerando não só causa inata ou orgânica, mas também o ambiente.

A integração das PcD's recebeu proeminência também em virtude do desenvolvimento da psicométrica e da aferição da saúde antes e após combates das grandes guerras entre as nações. Neste interim, como descreve Aranha (1995), países como os Estados Unidos, já no século XX, investiram atenção especial ao diagnóstico e tentativa de tratamento, pois aumentou em muito o quantitativo de soldados mutilados ou quando não, regressavam das batalhas com suas funções intelectuais comprometidas devido aos acidentes ou até transtornos de estresse pós traumáticos.

Neste sentido, estarem as PcD's no centro de pesquisas científicas foi decerto um fenômeno que contribuiu ao desenvolvimento do senso de criticidade da sociedade, logo, surgiram esclarecimentos e choques às ideologias e/ou estigmas corporais diversos que pairaram de séculos em séculos aos sujeitos que fugiram ao padrão da normalidade. Foi com a evidência na ciência e também em alguns movimentos sociais que o olhar sobre a deficiência e o corpo diferente ultrapassasse fosse da integração para a "inclusão".

O resultado em meio aos tantos ranços e preconceitos sofridos no corpo de incontáveis deficientes, no decorrer da história, culminaram em legislações que outorgam e valorizam a integralidade corporal e existencial da PcD, na esfera nacional há respaldo na Constituição Federal de 1988, no Sistema Único de Saúde (SUS), com a municipalização dos atendimentos na saúde foi prevista para os atendimentos considerados básicos; os atendimentos especializados na esfera educacional foram respaldados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96- LDB); na área social, foi elaborada a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei 8.742/93-LOAS) que teve como uma de suas prioridades mudar o tipo de atendimento, ao eliminar o modelo assistencialista.

É perceptível pois que o corpo deficiente que noutro fora tão aviltado hoje tem espaço para mostrar-se com o é, e acima disso que tem a competência de levar a sociedade



a refletir sobre o porquê dos padrões de funcionalidade e/ou estética tão arcaicos terem dominado violentamente os olhares sobre a naturalidade do corpo e seu direito de ser diferente. Fato é, muito já fora alcançado, sobre o respeito ao corpo doutro (no ambiente físico, habitação, transportes, serviços sociais e de saúde, esporte e recreação e cultura) que já são pensados para todos os corpos, todavia, ainda reconhece-se que a equidade genuína ante à valorização corporal está culturalmente em construção.

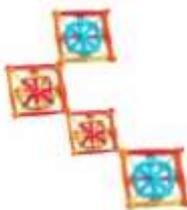
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo das elucubrações entre os momentos históricos da exclusão, segregação e integração sabe-se que a relação corpo-deficiência ultrapassou humilhações, nomenclaturas e mitos, percebe-se que o corpo foi subjugado e aviltado quando identificado visualmente em condição patológica de deficiências físicas, e para este público foram contraproducentes as condições de manutenção da saúde integral com o mínimo de tratamentos terapêuticos ou estéticos.

Viu-se vários entraves pra aceitação do corpo deficiente, a exemplo deles, dois gigantes: o da estética em torno do corpo humano (representada atualmente principalmente pela indústria capitalista a qual age em demasia para comercialização de produtos, fórmulas e técnicas que otimizem a satisfação generalista de valorização da composição física perfeita); e o da ditadura do corpo como instrumento útil e funcional (representado por aquele certo distanciamento da consciência corporal em que tempo é dinheiro e produção).

Mas decerto que a busca desenfreada pela “harmonização” do corpo não trouxe apenas desmérito, pois com ela associada aos conhecimentos e evoluções tecnológicas muito tem-se conseguido avançar em relação a qualidade de vida das pessoas com limitações físicas causadas por deficiência adquirida ou congênita, como confecção de próteses, otimização de comunicação aumentativa, planejamentos de locomoção, elaboração de fármacos para casos específicos e assim por diante.

Já superou-se o momento histórico opressor e eliminatório da exclusão, contudo, persiste ainda um contínuo exercício social para que o corpo com deficiência tenha êxito não apenas contra as barreiras arquitetônicas do cotidiano, mas principalmente contra as crenças limitadoras e implicações históricas que erigem-se contra ele ano após ano impedindo o verossímil movimento da inclusão, e, por isso a importância de medidas de



alfabetização científica, com instruções fundamentadas em noções de cidadania e empatia urgem serem aplicadas em todos os campos da sociedade, sendo a escola um dos lugares ímpares para tal ação.

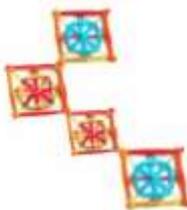
CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo é aqui referido enquanto sujeito de existência com ênfase em sua experiência sociocultural, a temática “corpo” projeta discussões tanto pelo público acadêmico, quanto pelo senso comum, os quais emitem concepções acerca do lado funcional, vivencial, salutar, estético, temporal, moral, sexual, espiritual ou revigorador da estrutura corpórea. E quando se pretende discutir, compreender e analisar o corpo que apresenta alguma deficiência encarar as crenças em torno dele decerto corrobora para elucubrações mais sustentáveis.

Pela descrição conceitual sobre o que é deficiência física na literatura médica percebe-se que o corpo diagnosticado por alguma ramificação desta patologia, comumente terá deformidades. Mesmo que seja um corpo assistido pelas ciências da saúde e que faça cirurgia, fisioterapia e acompanhamentos terapêuticos diversos, ou intervenções de índole estética, paira-se na sociedade, disseminados pelo diagnóstico, um inconsciente coletivo que enquadra a PcD a um conjunto de adjetivos como infausta, desvalida, coitada, desgraçada e demais que agucem o sentimento de dó sobre a mesma.

Assim, como a deficiência é negada em seu direito de “normalidade”, desde criança o ser humano ainda não foi integralmente acostumado a reconhecer a deficiência física como naturalizada, ou seja, aquele que não tem deficiência tem imensa dificuldade de identificar a PcD como alguém semelhante a si, pelo menos no âmbito da idiosincrasia, de modo que o não deficiente autodenomina-se “perfeito” e aquele que não é assim, será inferior a ele, podendo até existir relação entre os dois agentes, mas com forte risco de ser uma relação de angústia por muitas vezes não saber-se como lidar com o outro em corpo limítrofe.

Viu-se que há muito tempo, pelos períodos históricos citados o corpo seguiu estereótipos associados a beleza, a funcionalidade de força e a produção, e que a PcD foi aviltada por desviar-se corporalmente dos moldes da “normalidade”. Mas e hoje? Já há genuinamente a aceitabilidade de corpos deficientes?



Por mais que políticas públicas e humanizadores em prol do cidadão com deficiência sejam homologadas e haja uma sensibilização por parte de vários setores, o corpo diferente das regras impositivas ainda sobrevive a um sistema cruel. Não só o corpo da PcD em si, mas existe, na atualidade, explicitamente o mercado do corpo perfeito.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria. S. F. **Integração social do deficiente**: análise conceitual e metodológica. Temas em Psicologia, nº 2, pp. 63- 70, 1995.

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. São Paulo: EDIPRO 1995.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Educação: Legislação e Normas. Manaus: Seduc-AM, 1998.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial**: programa de estimulação precoce - uma introdução as idéias de Fuerstein. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.

JATOBÁ, Vitor; FRANCO, Leticia. **Análise reflexiva do corpo cultural**. Revista Digital - Buenos Aires - Año 12 - Nº109 - Junio de 2007.

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS) 2.ed. Câmara dos Deputados Série Legislação Brasília 2015.

MAUSS, Mauss. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosacnaify, 2003.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Traduzido por Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PESSOTI, Isaiás. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.

PLATÃO. **A república**. Traduzido por Maria Helena da Rocha Pereira. 6.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

SASSAKI, Romeu. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SILVA, Otto. M. da. **A Epopéia Ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1986.